

**EDcl no AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.811 - RS
(2014/0141597-0)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : UNIÃO
**EMBARGADO : SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS DO RIO
GRANDE DO SUL**
**ADVOGADOS : LUCIANA INES RAMBO E OUTRO(S) - RS052887
FELIPE CARLOS SCHWINGEL - RS059184B**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI N. 11.960/2009. IPCA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Na origem, trata-se de agravo de instrumento contra decisão que determinou a correção monetária com base na TR nos autos da execução de sentença relativa às diferenças vencimentais decorrentes do cômputo do tempo de serviço público prestado até o advento da Lei n. 8.112/90, a fim de obter os adicionais por tempo de serviço "anuênios". No Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a decisão objeto do agravo foi mantida.

II - A Corte Especial do STJ confirmou a jurisprudência dessa Corte no sentido de que "na estreita via dos embargos de declaração não é adequada para o simples rejugamento da causa, mediante o reexame de matéria já decidida". Reafirmou-se também que "a superveniente modificação do entendimento consignado no acórdão embargado não enseja o rejugamento da causa, por serem os embargos de declaração de índole meramente integrativa". Também considerou-se que o acolhimento da tese acarretaria o reconhecimento de uma omissão inexistente. (EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.019.717/RS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20/9/2017, DJe 27/11/2017..)

III - Assim, tanto não é possível o rejugamento, como também o sobrestamento dos embargos de declaração, para aguardar-se o julgamento de matéria repetitiva ou em repercussão geral, uma vez que não será possível a adequação do julgado ao decidido nos precedentes vinculantes.

IV - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de

Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

